

GESTÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EIXO: GESTÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RESUMO:

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada na disciplina de gestão educacional que trata-se de uma análise bibliográfica da gestão na educação de jovens e adultos (EJA) com intuito de mostrar como a EJA vem sendo conduzida pelas gestores que atuam nesta modalidade de ensino, e identificar metas e estratégias do gestor para a inclusão destes sujeitos, que necessitam de seus direitos, pois ao longo da história teve seus direitos negados como o acesso à educação de qualidade, pretende-se analisar as contribuições do gestor para o êxito e permanência desses sujeitos na escola. Como pensar a escola direcionada aos jovens e adultos, atendendo suas necessidades olhando a realidade o contexto inserido, em parceria com a comunidade, uma gestão democrática e participativa. Sujeitos estes que demanda ainda uma educação justa e igualitária, pensada em suas especificidades, biológica, psicológica, e cultural, o sistema de ensino deve viabilizar uma educação igualitária destinada para este público atendendo suas singularidades. Este trabalho tem como relevância retratar como os gestores lidam com este público da EJA, e como tem sido os mecanismos de intervenções para uma gestão democrática. E os resultados afirmam que é preciso criar um currículo democrático pensado pela comunidade e para a comunidade, professor, gestor, funcionário, onde todos possam fazer parte desta construção, pensar não apenas em um sujeito letrado para inserção na sociedade, mas também crítico político e emancipado. Para isso, utilizamos como embasamento teórico vários autores e dados referentes ao assunto estudado, sendo os principais: Amorim (2015), Lück (2011), Sacritán (2000), Gadotti (2003) e demais.

PALAVRAS-CHAVES: Educação de jovens e adultos. Gestão. Gestor.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa tem denunciado a grande taxa de analfabetismo e a evasão escolar na educação de jovens e adultos, a partir disso, surge o interesse em aprofundar nesta temática para entender a gestão da educação de jovens e adultos. Com base em alguns dados (PIMENTEL, 2014), diz que em termos de alfabetização o país ainda precisa dar oportunidade para que cerca de 13,3 milhões de brasileiros acima de 15 anos aprendam a ler e escrever. No estado da Bahia, a taxa de analfabetismo é de 16.6%. Estes dados comprovam que é de total relevância estar enfatizando e abordando estes números no contexto educacional, para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, voltando o olhar para a EJA. E este artigo tem como objetivo identificar com a educação de jovens e adultos estar sendo conduzida pelas gestões que atuam nesta modalidade de ensino, foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, onde embasamos em autores que também discutem

sobre a temática, ao decorrer deste artigo estaremos abordando de que forma a gestão vem sendo realizada na modalidade da Educação de Jovens e adultos.

2. GESTÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Lück (2013) afirma que a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capaz de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.

Já a educação de jovens e adultos (EJA), é uma modalidade de ensino destinada para aqueles sujeitos que não foram alfabetizados na idade regular, e depois retornam a escola, com o objetivo de aprender a ler e escrever. A gestão sempre caminha junto com qualquer segmento da educação, pois é ela que guia e direciona uma educação de qualidade, e não é diferente com a EJA. O gestor precisa estar abordando as especificidades dessa modalidade, inclui-los no projeto político pedagógico, ter propostas e ações que venha estar contemplando as necessidades, e estar sempre preocupado com os métodos de ensino que o professor está utilizando para que atenda esse público alvo. Um gestor que visa à qualidade da educação sempre terá essa preocupação com a melhoria do ensino.

Amorim (2015) remete que esta é a função primordial da gestão educacional: garantir a qualidade da integração e excussão das práticas pedagógicas e andrológicas comprometidas com a prioridade estabelecida pelas políticas educacionais, como por exemplo, a formação do cidadão para o mundo do trabalho, a alfabetização até os oito anos de idade, a educação para todos que não obtiveram na idade considerada “certa,” e ainda, a permanência do estudante no sistema de ensino. Desse modo, essa é a maior função da gestão em garantir uma educação de qualidade.

A escola enquanto lócus de aprendizado é uma instituição social deve ser democrática, e abrir espaço para que contemple esses alunos que até pouco tempo foram negados o acesso e permanencia na escola. É necessário que a mesma, além de alfabetizar esteja preocupada em preparar o indivíduo para uma vida social ativa, onde o mesmo possa conhecer seus direitos, deveres, e desenvolver o senso crítico e político.

A EJA é um espaço político e social que leva a uma reflexão sobre a adequação da pratica docente cidadã, democrática e de qualidade compatível com a ciência e a tecnologia do mundo do trabalho. É possível afirmar que a EJA tem sido relegada ao segundo plano, por ser percebida como menos importante no contexto da educação básica e por se acreditar que é mais importante educar a criança do que o adulto. (AMORIM et al, 2015, p.25).

A EJA vai além de um meio para se aprender o nome, ou se alfabetizar. Como qualquer outro ensino se faz necessário à formação de um sujeito crítico, político e com

norma de conduta, sendo de suma importância tanto à educação de crianças quanto a de adultos. Tendo por base Amorim (2015) que diz que outros desafios foram suscitados, instigando o processo de construção da escola democrática que responda às demandas de todos os seguimentos atendidos, criança, adolescentes, jovens e adultos, que compartilham o mesmo espaço o (a) mesmo (a), gestor (a), o mesmo direito de aprender, mas com peculiaridades distintas em cada seguimento.

É nítido que muitos dos alunos que ingressam na EJA foram obrigados em seu trajeto escolar a interromper os estudos por terem que trabalhar para sustentar a família, outros por optarem em cuidar do lar, e são vários os fatores que influenciam a evasão escolar. Mas quando sente a necessidade de se adequar a este mundo letrado para se “incluir” na sociedade e no mundo virtual, tendo essa oportunidade eles regressam novamente, e terão o mesmo direito da criança ou adolescente em aprender. E é este o momento do gestor e professor de proporcionar um bom acolhimento para que sintam instigados e motivados a permanecerem na escola.

Amorim (2015) também ressalta para que uma gestão seja genuinamente democrática, precisará incluir a EJA no seu projeto político pedagógico, com ações bem definidas para essa modalidade. Caminhando nesta direção e, sobretudo atuando como um gestor (a) que conhece as especificidades e demandas dessa modalidade e com ela se solidariza, suas ações administrativas certamente contribuirão para a visibilidade e garantia do direito a uma educação de qualidade para as pessoas jovens, adultas e idosas inseridas neste campo.

Quando o gestor inclui esses alunos no PPP (Projeto Político Pedagógico), de certa forma estará trabalhando nestas especificidades, e assim trará um aprendizado direcionado para o mesmo. É necessário também que o gestor além de conhecer as especificidades de cada modalidade de ensino, deve criar meios que atentam e venham suprir as necessidades desses alunos.

Também se faz necessário que as gestões se mobilizem e trate da questão da evasão escolar no PPP viabilizando assim a presença do aluno, conforme afirma Begot e Nascimento (2002, p.39) ao tratar das exigências da gestão democrática.

Exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica, esta compreensão deve partir de todos os segmentos envolvidos no processo educacional, e para que isto se concretize em primeiro lugar é necessária uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar justificando assim, a importância da participação coletiva dos educadores, funcionários, alunos, pais e comunidade.

Para o êxito e permanência dos alunos da EJA, a escola e o gestor são peças fundamentais para fazer essas articulações, criando uma contingência de aprendizado, olhando sempre para as necessidades e trabalhando em cima das mesmas para estar sempre favorecendo o aluno. Pensar nos sujeitos da EJA e suas singularidades, suas vivências e experiências de vida, lidar com esse indivíduo, e trabalhar de forma democrática nas suas necessidades.

Então é notório que quando toda a comunidade escolar trabalha interligada gestor-professor- escola- pais, desenvolvendo um bom trabalho. De acordo com Lück (2011) não é possível pensar em democratização da gestão sem pensar em autonomia da escola. Essa autonomia deve ser o fruto de um processo que envolve mecanismos sólidos para as ações conscientes por parte dos sujeitos envolvidos. O gestor deve utilizar dessa autonomia para criar métodos que possam beneficiar os indivíduos: através de projetos, programas, e ações juntamente com os docentes.

A descentralização, e a democratização da escola, a construção da autonomia e a participação são facetas múltiplas de gestão democrática, diretamente associada entre si e que têm a ver com as estruturas e expressões de poder da escola [...] a preposição da democratização aponta para o estabelecimento de um sistema de relacionamento e de uma tomada de decisão em que todos tenham uma possibilidade de participar e contribuir a partir de seu potencial que, por essa participação, se expande criando um empoderamento pessoal de todos em conjunto e de instituição. (LÜCK,2011, p.58).

Só assim a escola construirá a autonomia democrática. O gestor pode sim desenvolver um excelente papel de administrador, desde que estabeleça os mecanismos para que aconteça a participação coletiva para as tomadas de decisões.

3. A ESCOLA PENSADA PRA JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos, parte do princípio de que a constituição de uma educação básica para esse público-alvo deve ser pautada na cidadania. Essa construção não se resolve apenas garantindo a viabilização de vagas, mas principalmente oferecendo um ensino de qualidade, com professores aptos a congregar em seu trabalho as inovações nas distintas áreas de conhecimento e a incorporar as mudanças sociais e as suas consequências na esfera escolar, conforme está posto e garantido na legislação brasileira.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 afirma que “a educação é um direito de todos” [...] “base para a construção de um país com justiça e inclusão social”. Nessa perspectiva a LDB Nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) reafirma no

seu Art. 4º que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1996).

Temos hoje algumas políticas públicas que garantem a permanência desses alunos na escola: o Plano Nacional de Educação (PNE), e o Plano Municipal De Educação, (PME). O PNE (2014-2024) foi instituído pela Lei 13.005/2014, tem 20 metas que, ao todo, são amparadas por mais de 250 estratégias. Além disso, constitui um dispositivo fundamental para controle democrático dos vários setores da sociedade brasileira sobre as políticas educacionais.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. [...]

Estratégias:

10.1) manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora. (BRASIL, 2014, p.10).

Para que o PNE se concretize como política de Estado integrada e colaborativa, os planos de educação do Distrito Federal, dos estados e dos municípios precisam estar alinhados a ele e conter diretrizes e metas a serem alcançadas até 2024, mesma vigência do plano nacional. O papel dos PMEs é planejar as políticas públicas educacionais em longo prazo e, com isso, contribuir para a efetivação do acesso à educação.

Entretanto, no contexto social a escola atual ainda se faz inadequada para receber alunos que não estudaram na idade dita como “certa” como destaca Gadotti (2003): A escola atual não foi pensada como Escola da EJA, por isso se faz necessário à adequação do currículo, de tal forma, a gestão deve olhar para as condições da educação oferecida aos alunos dessa modalidade de ensino.

Pensar à Educação de Jovens e Adultos é criar currículos democráticos que trate da realidade, respeitando as diferenças biológicas, psicológicas, sociais, e culturais. Adequar e organizar este currículo com o intuito de contribuir para uma formação crítica e emancipatória. Segundo Amorim (2015) o ideal seria um currículo que compreenda um projeto de vida social e cultural, com um conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que dê lugar às experiências, para que nele se operem as oportunidades, que se privilegiem conhecimentos necessários para entender o mundo e os problemas reais, e que mobilize os estudantes jovens e adultos para o entendimento e a participação na vida social.

Desse modo, é preciso analisar a realidade social, cultural e econômica dos sujeitos, levar em consideração este sistema de ensino e contemplar as características e especificidades dos sujeitos da EJA. É necessário efetivar espaços que aconteça o diálogo entre alunos, professores, e gestores da EJA, para que todos possam se expressar de forma livre, e passar suas experiências, compartilhar o saber popular com o conhecimento científico, e a partir dessa perspectiva adaptar este currículo para que atenda as especificidades dessa modalidade.

Um currículo deve ser organizado de forma que pense em um projeto de vida, analisando seus valores culturais, e suas histórias vividas. Sacritán (2000, p.14) afirma:

Organizar currículo e programas de conteúdo é contribuir na formação de novas gerações da humanidade com possibilidade de traçar caminhos possíveis para superar dificuldades. E, que nós cidadãos participantes desse processo, professores pedagogos e gestores, consigamos construir outra escola, onde todos possam ser sujeitos de suas próprias histórias e parceiros na construção de uma sociedade mais democrática e mais humana.

Acredita-se que os gestores ainda pensem neste currículo ideal, onde todos possam participar de sua construção, criar suas próprias histórias, atender as exigências e suprir as necessidades e especificidades de cada segmento de ensino. Pretendam criar o currículo pensado pela comunidade e para a comunidade, onde gestor, professor, funcionário, possam estar dando suas contribuições para a construção do mesmo, visando a formação do senso crítico, político, e emancipatório, proporcionando então, uma educação igualitária e democrática.

4. APONTAMENTOS FINAIS

Para que se faça uma boa gestão, os gestores têm que se empenhar em projetos e ações sólidas, que busquem visar a qualidade do ensino, realizar planejamentos que atenda as especificidades e necessidades desse alunado, ser criativo e traçar estratégias que propicie o

desenvolvimento. É de suma importância que o gestor, inclua a EJA no projeto político pedagógico, e que faça menção dos mesmos em suas atividades práticas, não apenas com o objetivo de inserir, mas com o intuito de incluir. Sabemos que muitos desses alunos que abandonam a escola, quando retornam trazem consigo certas frustrações que os levaram a desistir. Por isso é muito importante que os gestores, funcionários e professores estejam preparados para acolher, motivar e incentivar, ao êxito e permanência dos mesmos.

O gestor em si desenvolve um papel fundamental na gestão escolar, além de articular o sistema de ensino, ele organiza o modo de ser e fazer da escola; mas quando se fala da educação de jovens e adultos há certa preocupação, porque infelizmente na maioria das vezes as escolas só oferecem a modalidade de ensino para cumprir o que está posto na legislação, não viabilizando a educação emancipatória, uma formação em sua totalidade. Hoje pouco se tem investido nestes alunos, faltam materiais didáticos, e professores geralmente não tem capacitação para atuar. A escola não está sendo pensada para atender estes alunos, embora a LDB Nº 9394/96 nos garanta o acesso à escola como direito de todos.

É evidente a dificuldade do gestor para trabalhar sem a colaboração do sistema, que ainda apresenta estas lacunas, mas com a autonomia que lhe é concedida, o gestor que procura exercer a democracia usa de todos os métodos para que sua escola se torne sem dúvidas, democrática e acessível para todos. Pensar em uma inclusão para o currículo dessas escolas talvez fosse uma alternativa a se usar, ou mesmo fazer o PPP (Projeto Político Pedagógico) com a participação da comunidade, visar às necessidades e especificidades, e trabalhar no coletivo para uma educação democrática. Sendo assim deve se pensar e repensar na educação que hoje é oferecida aos jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antônio. **Gestão escolar políticas públicas, projetos políticos pedagógicos em Educação de jovens e adultos**. Salvador, EDUNEB, 2015.

BEGOT M G S; MARLENE M J C. **Gestão Escolar: numa perspectiva democrática**. Monografia de Conclusão de Graduação. Centro de Ciências Humanas – Universidade da Amazônia. Belém, 2002.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9:394/96, de 20 de Dezembro de 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação, n. 125). Disponível em:

<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 25/09/2017.

GADOTI, Moacir. **A gestão democrática na escola para jovens e adultos:** Ideias para tornar a escola pública uma escola de EJA. In: Encontro De Reflexões Sobre A Reestruturação E Reorientação Curricular Da Educação De Jovens E Adultos, 1., São Paulo, 2003.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática.** 8 ed. Petrópolis. Vozes ,2011.

LUCK, Heloisa. **Concepção e processos democráticos da gestão educacional.** 9.ed. Petrópolis. Vozes.2013.

MACEDO, Roberto Sidinei. **Currículo, diversidade e equidade:** luzes para uma educação entercrítica. Brasília, DF: Liber Livro; salvador:EDUFBA,2007.

PIMENTEL, Jaqueline. **Um breve panorama da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013** (com correções divulgadas pelo IBGE). Rio de Janeiro: Portal DSS Brasil, set. 2014. Disponível em: <http://dssbr.org/site/2014/09/ibge-divulga-pnad-2013/>. Acesso em 29/09/2017.

SACRITAN, JG. **O currículo: Uma reflexão sobre a prática** . 3 ed. Porto Alegre. Artmed, 2000. _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996.